



ID: 123746445

29-06-2026

Destruir será sinónimo de reformar?

Opinião



Isabel Flores

Há uma gramática própria neste Governo em matéria de educação: primeiro faz-se, depois prepara-se. A ordem inverteu-se, e os exemplos acumulam-se a um ritmo que já não permite tratá-los como acidentes isolados.

Começemos pela arquitetura. O Decreto-Lei n.º 99/2025 reduz de dezoito para sete as entidades que gerem a educação e a ciência, e no ensino não superior quase tudo passa a assentar em dois pilares. De um lado, a Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), uma superestrutura que concentra a gestão de pessoal, as aquisições, a organização e o funcionamento das escolas, a validação das ofertas educativas e a constituição de turmas, e até os contratos de financiamento com o ensino privado – com autonomia administrativa e financeira e, note-se, a faculdade de alienar património. Do outro, o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (EduQA), que herda as funções pedagógicas, de qualidade e de avaliação externa das aprendizagens – ou seja, os exames. Concentrar em dois organismos nascidos de fusões aquilo que estava distribuído por várias direções-gerais não é, por si, garantia de coerência; e a transição, que tem de estar concluída até 31 de dezembro de 2026, faz-se com um calendário que confunde velocidade com método. A complexidade acresce porque a fusão não é “um para um”: a DGAE, por exemplo, vê as suas atribuições repartidas pela AGSE, pelo Centro Jurídico do Estado (CEJURE) e pelo EduQA, e a DGEstE divide-se entre AGSE, CEJURE e as CCDR. Parte do pessoal técnico desce para o nível regional, o que torna a distribuição de recursos e responsabilidades ainda mais caótica.

O argumento oficial é sedutor e, em abstrato, defensável: menos duplicação, menos burocracia, mais eficiência. Quem trabalha dentro do sistema sabe que há, de facto, redundâncias a eliminar. O problema não é a intenção; é que a fusão de organismos, conduzida nestes moldes, não produz eficiência. O que verificamos é uma redução acentuada dos recursos humanos e o esvaziamento de funções que ninguém pensou em substituir. Juntam-se nomes num organograma, perde-se gente pelo



caminho, devolvem-se professores às escolas e as competências que essas pessoas detinham – muitas delas técnicas, acumuladas ao longo de anos – evaporam-se com elas.

O segundo exemplo é a digitalização dos exames, que são um emblema do argumento faz-se primeiro, prepara-se depois. A decisão de digitalizar a correção – provas em papel, depois digitalizadas e classificadas *online*, pela primeira vez e em larga escala – foi tomada, apesar dos avisos. O resultado conhecemo-lo nestes dias: credenciais que não chegam aos classificadores, plataformas que pedem dados, mas não entregam itens para corrigir, um calendário “ajustado” à pressa e a garantia, sempre repetida, de que os prazos se cumprirão. Quando algo falha, a responsabilidade nunca cabe a quem decidiu dar uma passada maior do que a perna; cabe ao “sistema”, às “dificuldades técnicas”, a uma averiguação que há de vir. Pilotar a transformação digital de uma avaliação que decide o futuro de dezenas de milhares de jovens não é terreno para ensaios em direto, cheios de secretismo e dúvida.

Mas o capítulo que mais me preocupa, enquanto investigadora que vive de dados, é o do conhecimento que se perde. O caso dos alunos sem aulas é exemplar. Depois de números anunciados, contestados e retirados, uma auditoria externa concluiu o óbvio para quem conhece o terreno: o processo em vigor não permite saber, com rigor, quantos alunos estiveram sem professor. A plataforma da DGEstE nunca contou alunos sem aulas – conta horários por preencher, que é coisa diferente. “Não sabíamos que não sabíamos”, admitiu o ministro. A frase tem o mérito da franqueza. Tem também um problema: a entidade que produzia esses dados imperfeitos está agora a ser extinta,

e nada garante que a sua sucessora nasça a saber aquilo que a antecessora não sabia. Reforço que a estatística que o senhor ministro ambiciona não é utilizada em nenhum país – a OCDE pública uma série de indicadores sobre professores, mas este não está na sua listagem. Será que é um indicador tão difícil de obter que nunca o vamos ter? O vazio de dados é muito pior que estimativas e métricas alternativas.

É aqui que entra o que se antecipa com a interrupção da MISI. A monitorização que alimenta as estatísticas oficiais e os microdados de que a investigação depende não é um detalhe administrativo: é a coluna vertebral que permite a um país ver-se a si próprio. Desmontar um sistema de recolha e migrar de forma mal definida para sistemas a meio do ano, sem assegurar continuidade, séries temporais e comparabilidade, é arriscar precisamente aquilo que justificaria qualquer reforma – a capacidade de avaliar. Trabalho regularmente com estes dados em ambiente de *safe center*; sei o que custa construí-los e a facilidade com que uma transição mal preparada os interrompe. E dados interrompidos não se recuperam: o ano que não se mediu não se mede mais. Temo que quando quisermos trabalhar com o ano letivo de 2025-26 os dados sejam frágeis e incomparáveis com os de anos anteriores.

Há um fio que liga estes episódios. Um Estado que se reorganiza sem preparar, que digitaliza sem testar, que extingue quem conta antes de garantir quem contará está a fragilizar a sua própria capacidade de saber. E um Estado que não se mede não se avalia, não presta contas e, no limite, governa às cegas – pedindo aos cidadãos que confiem em anúncios que os próprios dados, quando existem, costumam desmentir.

Reformar é, por definição, melhorar uma forma. Exige diagnóstico, evidência, diálogo com quem faz funcionar as escolas e os serviços, e um período de preparação que proteja o que funciona enquanto se corrige o que não funciona. Nada disto é incompatível com ambição; o que temos visto é outra coisa: a pressa erigida em método e a destruição apresentada como coragem.

Fica a pergunta, que não é retórica: destruir será sinónimo de reformar? Se a resposta do Governo for o silêncio dos dados que deixará de haver, então já a conhecemos.

Investigadora e directora executiva do IPPS-Iscte